

# RELATÓRIO CONTÁBIL

DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
NOTAS EXPLICATIVAS



JUSTIÇA FEDERAL DA 5ª REGIÃO

**Justiça Federal do Rio Grande do Norte**

**2021**



JUSTIÇA FEDERAL  
**JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

**CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA**

Juiz Federal Diretor do Foro

**KATIUSCIA DE AZEVEDO BARBOSA SANTOS**

Diretora da Secretaria Administrativa

**JERONIMO JOSÉ DOS SANTOS**

Analista Judiciário – Especialidade Contadoria

Contador Responsável

CRC/PE - 13314

**BRUNA CARVALHO DE AZEVEDO RAMOS**

Analista Judiciário – Especialidade Contadoria

Contadora Responsável Substituta

CRC/PE – 029642/O-1



JUSTIÇA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

## Sumário

<b>Apresentação</b> .....	4
<b>Declaração Anual do Contador</b> .....	6
<b>Demonstrações Contábeis</b> .....	7
BALANÇO PATRIMONIAL.....	7
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS .....	9
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO .....	10
BALANÇO FINANCEIRO.....	12
DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	14
<b>Notas Explicativas</b> .....	15
INFORMAÇÕES GERAIS .....	15
RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	16
(a) Caixa e Equivalentes de Caixa .....	16
(b) Créditos a Curto Prazo .....	16
(c) Estoques .....	16
(d) Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipada.....	16
(e) Ativo Realizável a Longo Prazo .....	17
(f) Imobilizado .....	17
(g) Intangível.....	17
(h) Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão .....	17
(i) Passivos Circulantes e Não Circulantes.....	19
(j) Provisões .....	19
(k) Ativos e Passivos Contingentes.....	19
(l) Apuração do Resultado .....	20
Nota 01 - Caixa e Equivalentes de Caixa .....	21
Nota 02 - Créditos a Curto Prazo .....	21
Nota 03 - Estoques .....	21
Nota 04 - Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipada .....	22
Nota 05 - Imobilizado.....	22
Bens Móveis .....	23
Bens Imóveis.....	23
Nota 06 - Intangível.....	24
Nota 07 - Passivo Circulante.....	25
Nota 08 - Ajustes de Exercícios Anteriores.....	25
Nota 09 - Atos Potenciais Passivos .....	26
Nota 10 - Taxas .....	26
Nota 11 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos.....	26
Nota 12 - Transferências Intragovernamentais .....	26
Nota 13 - Ganhos com Incorporação de Ativos .....	27
Nota 14 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas .....	27
Nota 15 - Pessoal e Encargos .....	27
Nota 16 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais .....	27
Nota 17 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital fixo.....	27
Nota 18 - Desincorporação de Ativos.....	28
Nota 19 - Tributárias.....	28
Nota 20 - Receitas Orçamentárias .....	28
Nota 21 - Despesas Orçamentárias.....	29
Despesas Correntes .....	29
Despesas de Capital.....	29
Nota 22 - Execução dos Restos a Pagar.....	30
Nota 23 - Receitas Orçamentárias .....	30
Nota 24 - Despesas Orçamentárias.....	30
Nota 25 - Fluxos de Caixa .....	31



JUSTIÇA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

## Apresentação

O Relatório Contábil tem a finalidade de apresentar à sociedade a situação e os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial da Justiça Federal do Rio Grande do Norte.

As demonstrações contábeis e notas explicativas são de responsabilidade da Administração.

Os gestores e os profissionais de contabilidade são conjuntamente responsáveis pela conformidade das demonstrações contábeis. Os gestores por praticarem os atos e fatos que promovem impacto nessas demonstrações e os profissionais de contabilidade por analisarem as informações e proporem as soluções para corrigirem eventuais inconsistências.

Nesse sentido, a conformidade contábil da Justiça Federal do Rio Grande do Norte é realizada, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, pelo contador responsável que, além dos processos de conformidade realizados mensalmente, ao final do exercício emite a Declaração Anual do Contador, conforme previsto no item 5.4 da Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil.

O Balanço Patrimonial tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do órgão por meio de contas representativas do patrimônio público por ela gerido, bem como os atos potenciais.

A Demonstração das Variações Patrimoniais visa a evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício.

O Balanço Orçamentário objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas.

O Balanço Financeiro tem por objetivo evidenciar as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, ou seja, as entradas e as saídas de recursos durante o período e o resultado desse fluxo, classificando-as em três grupos de atividades: operacionais, de investimento e de financiamento, sendo que este último não se aplica à Justiça Federal. Além de mostrar as origens e aplicações das disponibilidades financeiras, tal demonstração evidencia o fluxo líquido de caixa de cada atividade.

Por sua vez, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia as operações que alteraram a composição o Patrimônio Líquido no exercício. No entanto, de acordo com o MCASP 8ª edição, essa demonstração é apenas obrigatória para empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedade anônima, sendo facultativa para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação, contexto em que se enquadra a Justiça Federal da 5ª Região.



JUSTIÇA FEDERAL

**JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

A seguir, são apresentadas a Declaração Anual do Contador, as Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas da Justiça Federal do Rio Grande do Norte que representa a unidade gestora 090007 no SIAFI.



JUSTIÇA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

## Declaração Anual do Contador

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2021 Justiça Federal do Rio Grande do Norte (UG 090007).

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI.

Jerônimo José dos Santos

Contador Responsável – CRC/PE 13314

Recife-PE, 17/01/2022



JUSTIÇA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

## Demonstrações Contábeis

## BALANÇO PATRIMONIAL

## BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ Reais

ATIVO	Nota	2021	2020
<b>Ativo Circulante</b>		<b>10.171.182,43</b>	<b>2.470.228,44</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	685.957,47	150.713,24
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	02	8.092.396,40	1.749.416,42
Estoques	03	401.346,51	570.098,78
VPDs Pagas Antecipadamente	04	991.482,05	0,00
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>114.559.900,17</b>	<b>131.563.307,47</b>
<b>Imobilizado</b>	05	<b>112.397.753,90</b>	<b>128.224.676,64</b>
Bens Móveis		7.501.244,70	8.298.240,60
Bens Móveis		27.079.466,13	26.492.916,05
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-19.578.221,43	-18.194.675,45
Bens Imóveis		104.896.509,20	119.926.436,04
Bens Imóveis		108.537.015,69	123.360.833,79
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-3.640.506,49	-3.434.397,75
<b>Intangível</b>	06	<b>2.162.146,27</b>	<b>3.338.630,83</b>
Softwares		2.162.146,27	3.338.630,83
Softwares		2.678.911,11	3.338.630,83
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-516.764,84	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>124.731.082,60</b>	<b>134.033.535,91</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>Nota</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Passivo Circulante</b>	07	<b>2.265.872,81</b>	<b>38.357,08</b>
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		1.261.051,23	38.357,08
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		981.865,65	
Demais Obrigações a Curto Prazo		22.955,93	
<b>Passivo Não Circulante</b>			
<b>Total do Passivo</b>		<b>2.265.872,81</b>	<b>38.357,08</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	08		
<b>Resultados Acumulados</b>		<b>122.465.209,79</b>	<b>133.995.178,83</b>
Resultado do Exercício		-9.595.262,55	-1.897.977,56
Resultados de Exercícios Anteriores		133.995.178,83	138.547.683,93
Ajustes de Exercícios Anteriores		-1.934.706,49	-2.654.527,54
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>122.465.209,79</b>	<b>133.995.178,83</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>124.731.082,60</b>	<b>134.033.535,91</b>

Fonte: SIAFI



## JUSTIÇA FEDERAL

## JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

## QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

R\$ Reais

	Nota	2021	2020
<b>Ativo (I)</b>			
Ativo Financeiro		685.957,47	150.713,24
Ativo Permanente		124.045.125,13	133.882.822,67
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>124.731.082,60</b>	<b>134.033.535,91</b>
	Nota	2021	2020
<b>Passivo (II)</b>			
Passivo Financeiro		22.955,93	0,00
Passivo Permanente		2.242.916,88	38.357,08
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>2.265.872,81</b>	<b>38.357,08</b>
<b>Saldo Patrimonial (III) = (I-II)</b>		<b>122.465.209,79</b>	<b>133.995.178,83</b>

Fonte: SIAFI

## QUADRO DE COMPENSAÇÕES

R\$ Reais

	Nota	2021	2020
<b>Atos Potenciais Ativos</b>			
Execução dos Atos Potenciais Ativos			
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar			
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.			
Direitos Contratuais a Executar			
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar			
<b>TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>		-	-
<b>Atos Potenciais Passivos</b>	09	<b>23.281.277,41</b>	<b>27.966.868,14</b>
Execução dos Atos Potenciais Passivos		23.281.277,41	27.966.868,14
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar			
Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar			
Obrigações Contratuais a Executar		23.281.277,41	27.966.868,14
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar			
<b>TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>		<b>23.281.277,41</b>	<b>27.966.868,14</b>

Fonte: SIAFI

## DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ Reais

	2021	2020
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>447.785,71</b>	<b>115.171,12</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>215.215,83</b>	<b>35.542,12</b>
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	215.215,83	35.542,12
<b>TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS</b>	<b>663.001,54</b>	<b>150.713,24</b>

Fonte: SIAFI





JUSTIÇA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

R\$ Reais

	Nota	2021	2020
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)</b>		<b>198.180.952,65</b>	<b>183.155.338,33</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>		<b>1.300.136,03</b>	<b>1.576.484,99</b>
Taxas	10	1.300.136,03	1.576.484,99
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>		<b>78.369,40</b>	<b>16.223,33</b>
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	11	78.369,40	16.223,33
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>		<b>188.151.397,55</b>	<b>179.177.728,64</b>
Transferências Intragovernamentais	12	188.113.480,07	179.123.180,97
Transferências Intergovernamentais			
Outras Transferências e Delegações Recebidas		37.917,48	54.547,67
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>		<b>4.991.457,73</b>	<b>792.012,00</b>
Reavaliação de Ativos			
Ganhos com Incorporação de Ativos	13	4.991.457,73	792.012,00
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		<b>3.659.591,94</b>	<b>1.592.889,37</b>
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	14	3.659.591,94	1.592.889,37
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)</b>		<b>207.776.215,20</b>	<b>185.053.315,89</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	15	<b>133.215.807,19</b>	<b>128.186.185,82</b>
Remuneração a Pessoal		99.162.996,76	97.388.267,94
Encargos Patronais		20.599.997,90	19.933.866,83
Benefícios a Pessoal		6.937.598,30	6.523.546,19
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		6.515.214,23	4.340.504,86
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	16	<b>26.321.976,66</b>	<b>24.790.475,20</b>
Aposentadorias e Reformas		22.443.547,93	20.844.291,34
Pensões		3.493.061,05	3.548.367,07
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		385.367,68	397.816,79
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	17	<b>21.639.659,74</b>	<b>19.709.802,33</b>
Uso de Material de Consumo		758.452,93	724.834,65
Serviços		18.918.274,03	16.655.087,34
Depreciação, Amortização e Exaustão		1.962.932,78	2.329.880,34
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>		<b>5.825,65</b>	<b>4.670,61</b>
Juros e Encargos de Mora		1.610,58	4.670,61
Descontos Financeiros Concedidos		4.215,07	
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>		<b>7.585.472,24</b>	<b>4.426.448,88</b>
Transferências Intragovernamentais		7.554.584,61	3.985.198,07
Outras Transferências e Delegações Concedidas		30.887,63	441.250,81
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>		<b>17.721.892,81</b>	<b>6.784.059,27</b>
Perdar com Alienação		3.700,00	
Desincorporação de Ativos	18	17.718.192,81	6.784.059,27
<b>Tributárias</b>	19	<b>1.284.484,36</b>	<b>1.048.303,44</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		86.711,60	85.861,30
Contribuições		1.197.772,76	962.442,14
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		<b>1.096,55</b>	<b>103.370,34</b>
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		1.096,55	103.370,34
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I-II)</b>		<b>-9.595.262,55</b>	<b>-1.897.977,56</b>

Fonte: SIAFI



JUSTIÇA FEDERAL

## JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

R\$ Reais

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Receitas Correntes (I)	20	-	-	-	-
Receitas de Capital (II)		-	-	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores		-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS (IV) = (I+II+III)</b>		-	-	-	-
Operações de Crédito/Refinanciamento (V)		-	-	-	-
<b>Subtotal com Refinanciamento (VI) = (IV + V)</b>		-	-	-	-
Déficit (VII)				185.761.245,44	185.761.245,44
<b>TOTAL (VIII) = (VI+VII)</b>		-	-	<b>185.761.245,44</b>	<b>185.761.245,44</b>
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO</b>		-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro		-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação		-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos		-	-	-	-

Fonte: SIAFI

R\$ Reais

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>Despesas Correntes (IX)</b>	21			<b>183.760.951,91</b>	<b>183.075.620,76</b>	<b>183.052.824,33</b>	<b>-183.760.951,91</b>
Pessoal e Encargos Sociais				154.726.098,66	154.335.565,07	154.315.322,20	-154.726.098,66
Juros e Encargos da Dívida							0,00
Outras Despesas Correntes				29.034.853,25	28.740.055,69	28.737.502,13	-29.034.853,25
<b>Despesas de Capital (X)</b>	21			<b>2.000.293,53</b>	<b>1.891.873,63</b>	<b>1.891.873,63</b>	<b>-2.000.293,53</b>
Investimentos				2.000.293,53	1.891.873,63	1.891.873,63	-2.000.293,53
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
<b>Reserva de Contingência (XI)</b>							
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (XII) = (IX+X+XI)</b>		-	-	<b>185.761.245,44</b>	<b>184.967.494,39</b>	<b>184.944.697,96</b>	<b>-185.761.245,44</b>
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XIII)		-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIV) = (XII+XIII)</b>		-	-	<b>185.761.245,44</b>	<b>184.967.494,39</b>	<b>184.944.697,96</b>	<b>-185.761.245,44</b>
Superávit (XV)							
<b>TOTAL (XVI) = (XIV+XV)</b>		-	-	<b>185.761.245,44</b>	<b>184.967.494,39</b>	<b>184.944.697,96</b>	<b>-185.761.245,44</b>

Fonte: SIAFI



## JUSTIÇA FEDERAL

## JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

## DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R\$ Reais

	Nota	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
		Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
<b>Despesas Correntes</b>	22	-	62.002,32	59.826,27	59.826,27	2.176,05	-
Pessoal e Encargos Sociais		-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes			62.002,32	59.826,27	59.826,27	2.176,05	-
<b>Despesas de Capital</b>		-	53.168,80	53.168,80	53.168,80	-	-
Investimentos		-	53.168,80	53.168,80	53.168,80	-	-
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>		-	115.171,12	112.995,07	112.995,07	2.176,05	-

Fonte: SIAFI

## DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUI

R\$ Reais

	Nota	Inscritos		Pagos ©	Cancelados (d)	Saldo (e) = (a+b-c-d)
		Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)			
<b>Despesas Correntes</b>		0,00	-	-	0,00	-
Pessoal e Encargos Sociais			-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		-	-	-	-	-
<b>Despesas de Capital</b>		-	-	-	-	-
Investimentos		-	-	-	-	-
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>			-	-	0,00	-

Fonte: SIAFI



## JUSTIÇA FEDERAL

## JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

## BALANÇO FINANCEIRO

## BALANÇO FINANCEIRO

R\$ Reais

INGRESSOS	Nota	2021	2020
<b>Receitas Orçamentárias (I)</b>	23		
<b>Ordinárias</b>			
<b>Vinculadas</b>		-	-
Previdência Social (RPPS)		-	-
Recursos a Classificar		-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária			
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>188.113.480,07</b>	<b>179.123.180,97</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		188.086.913,66	179.115.160,23
Repasse Recebido		6.225,24	10.400,00
Sub-repasse Recebido		188.080.688,42	179.104.760,23
Independentes da Execução Orçamentária		26.566,41	8.020,74
Transferências Recebidas para Pagamento de RP			
Demais Transferências Recebidas			2.647,80
Movimentação de Saldos Patrimoniais		26.566,41	5.372,94
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>6.274.780,63</b>	<b>3.560.679,45</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		22796,43	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		793.751,05	115.171,12
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		424.191,35	259.478,28
Outros Recebimentos Extraorçamentários		5.034.041,80	3.186.030,05
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		159,50	
Arrecadação de Outra Unidade		5.033.882,30	3.185.597,69
Demais Recebimentos			432,36
<b>Saldo do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>150.713,24</b>	<b>353.745,97</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		150.713,24	353.745,97
<b>TOTAL (V) = (I+II+III+IV)</b>		<b>194.538.973,94</b>	<b>183.037.606,39</b>



## JUSTIÇA FEDERAL

## JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

DISPÊNDIOS	Nota	2021	2020
<b>Despesas Orçamentárias (VI)</b>	24	<b>185.761.245,44</b>	<b>178.458.288,99</b>
<b>Ordinárias</b>		<b>147.964.551,61</b>	<b>151.803.442,74</b>
<b>Vinculadas</b>		<b>37.796.693,83</b>	<b>26.654.846,25</b>
Seguridade Social (Exceto Previdência)		8.259.254,70	2.267.529,39
Previdência Social (RPPS)		25.343.652,22	22.780.330,38
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		4.193.786,91	1.606.986,48
Recursos a Classificar			
<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>7.554.584,61</b>	<b>3.985.630,43</b>
Resultantes da Execução Orçamentária		2.494.135,90	792.012,00
Repasso Concedido		2.456.417,73	792.012,00
Sub-repasso Concedido		37.718,17	
Independentes da Execução Orçamentária		5.060.448,71	3.193.618,43
Demais Transferências Concedidas			672,80
Movimento de Saldos Patrimoniais		5.060.448,71	3.192.945,63
Aporte ao RPPS		-	-
Aporte ao RGPS		-	-
<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>537.186,42</b>	<b>442.973,73</b>
Pagamento dos Restos a Pagar Processados			
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		112.995,07	182.421,68
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		424.191,35	260.552,05
Outros Pagamentos Extraorçamentários			
<b>Saldo para o Exercício Seguinte (IX)</b>		<b>685.957,47</b>	<b>150.713,24</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		685.957,47	150.713,24
<b>TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)</b>		<b>194.538.973,94</b>	<b>183.037.606,39</b>

Fonte: SIAFI



## JUSTIÇA FEDERAL

## JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

## DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA

## DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

R\$ Reais

	Nota	2021	2020
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)</b>		<b>2.480.286,66</b>	<b>3.318.284,01</b>
<b>Ingressos</b>	25	<b>193.571.553,72</b>	<b>182.568.689,30</b>
Receitas Derivadas e Originárias		-	-
Transferências Correntes Recebidas		-	-
Outros Ingressos Operacionais		193.571.553,72	193.571.553,72
<b>Desembolsos</b>		<b>-191.091.267,06</b>	<b>-179.250.405,29</b>
Pessoal e Demais Despesas		-162.238.854,71	-155.003.459,63
Juros e Encargos da Dívida		-	-
Transferências Concedidas		-20.873.636,39	-20.000.763,18
Outros Desembolsos Operacionais		-7.978.775,96	-4.246.182,48
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)</b>		<b>-1.945.042,43</b>	<b>-3.521.316,74</b>
<b>Ingressos</b>			
Alienação de Bens		-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
<b>Desembolsos</b>		<b>-1.945.042,43</b>	<b>-3.521.316,74</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante		-936.366,75	-2.738.775,85
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		-1.008.675,68	-782.540,89
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)</b>			
<b>Ingressos</b>			
Operações de Crédito		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
<b>Desembolsos</b>			
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (I+II+III)</b>		<b>535.244,23</b>	<b>-203.032,73</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial</b>		<b>150.713,24</b>	<b>353.745,97</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa Final</b>		<b>685.957,47</b>	<b>150.713,24</b>

Fonte: SIAFI



JUSTIÇA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

## Notas Explicativas

### INFORMAÇÕES GERAIS

Demonstrações Contábeis Encerradas em 31 de dezembro de 2021

Unidades Gestora:

090007 – Justiça Federal do Rio Grande do Norte

Base para Elaboração das Notas Explicativas:

Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP - 8ª Edição – Parte V (Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público), item 8.

Natureza jurídica da entidade:

A Justiça Federal do Rio Grande do Norte é um órgão da Justiça Federal, inscrita no CNPJ sob o número 05.441.836/0001-45, compõe o Poder Judiciário brasileiro e está vinculada ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

Domicílio da entidade:

A JFRN tem a sua sede administrativa na Rua Dr. Lauro Pinto, 245, Lagoa Nova, Natal - RN CEP: 59064-250. Site: [www.jfrn.jus.br](http://www.jfrn.jus.br)

Natureza das operações e principais atividades da entidade:

A sua competência encontra-se definida no Art. 109 da Constituição Federal. A principal atividade é o julgamento de processos de sua competência.

Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

A estrutura e a composição das demonstrações contábeis representam o modelo elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, as quais foram extraídas do Sistema Integrado de Administração do Governo Federal – SIAFI, e estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto as Restrições que constam da Declaração do Contador.

Dessa forma, as demonstrações são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF); e
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);



JUSTIÇA FEDERAL

**JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

## RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Inicialmente frise-se que as demonstrações estão apresentadas com valores em unidades de real (R\$)

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da JFRN, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

### (a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Representa o valor disponível para saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira ou arrecadação direta, para atender despesas com vinculação específica de pagamento, além das disponibilidades existentes em outras contas bancárias, que não sejam a conta única.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

### (b) Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber realizáveis no curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos concedidos e créditos tributários.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado, também, quando cabível, o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

### (c) Estoques

Compreende o valor dos materiais em almoxarifado destinados ao consumo interno da unidade.

O método para mensuração dos bens de almoxarifado é o preço médio ponderado das compras, conforme determina o art. 106, inciso III, da Lei nº 4.320/1964. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

### (d) Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipada

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestações de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo. A base de mensuração é o custo histórico.





JUSTIÇA FEDERAL

**JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

(e) Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreende os direitos a receber a longo prazo, tais como:

I - Créditos a receber de pessoal, de multas administrativas ou créditos tributários;

II - VPD pagas antecipadamente.

Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

(f) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

(g) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

A amortização de bens intangíveis de vida útil definida foi calculada e registrada mensalmente pela unidade de patrimônio, observando o período de vigência dos contratos e licença de uso dos softwares.

(h) Reavaliação, Redução ao Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, o MCASP e as NBC TSP.



JUSTIÇA FEDERAL

### **JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual Siafi, Macrofunções 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut., e Funda, e 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, disponíveis no sítio do Tesouro Nacional e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, de 10 de dezembro de 2014, que foi publicada inicialmente no Diário Oficial da União com o número 703, em 19 de dezembro de 2014, mas foi retificada a sua numeração posteriormente para o número 3, esta última aplicável aos bens imóveis.

#### *Reavaliação de bens imóveis*

Segundo o art. 4º da Portaria Conjunta STN/SPU 3/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, quando seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoração, desabamento, arruinamento, dentre outros. Os valores seriam também atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente. A avaliação automática no SPIUnet não tem sido observada, visto que somente deve ocorrer com a implantação no novo sistema SPUnet - Sistema de Gestão Integrada dos Imóveis Públicos Federais.

#### *Redução ao valor recuperável*

Segundo esse critério, a entidade avalia se há ativo que possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo. Caso haja indício, deve-se estimar o valor da perda por meio de testes de recuperabilidade. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas no Manual Siafi, Macrofunção 02.03.35 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável e nas Normas Brasileiras de Contabilidade, especialmente a NBC TSP 08 – Ativo Intangível e NBC TSP 09 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa, ambas de 22 de setembro de 2017.

#### *Depreciação e Amortização*

A base de cálculo para a depreciação e amortização é o custo do ativo imobilizado ou o intangível com vida útil definida, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo desses encargos, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, é o das quotas constantes, exceto para os bens imóveis objeto da Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, que são cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) e seguem critérios específicos.



JUSTIÇA FEDERAL

## JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Como regra geral, a depreciação deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Entretanto, conforme item 6.10 da Macrofunção 020330, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês são relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

### *Bens imóveis cadastrados no SPIUnet*

A depreciação dos bens imóveis cadastrados no SPIUnet foi realizada mensalmente pela Secretaria do Tesouro Nacional, de acordo com dados gerados pela Secretaria de Patrimônio da União.

A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor.

A amortização refere-se aos encargos decorrentes de benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, em geral, alugados. É calculada de acordo com a data da conclusão da benfeitoria e o prazo de vigência do contrato de locação, pela própria unidade gestora dos imóveis.

### (i) Passivos Circulantes e Não Circulantes

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e contas a pagar, provisões e demais obrigações.

### (j) Provisões

As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e o seu valor pode ser estimado com suficiente segurança.

### (k) Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, conforme preconizam os itens 35 e 39 da NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.



JUSTIÇA FEDERAL

## JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

### (I) Apuração do Resultado

Na contabilidade dos entes governamentais são apurados os seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

#### Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta "Superavit/Deficit do Exercício". O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), na qual também é evidenciado o resultado patrimonial do exercício, conforme prescreve o art. 104 da Lei nº 4.320/1964.

#### Resultado Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

#### Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios (orçamentários e extraorçamentários) que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.



JUSTIÇA FEDERAL

**JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

**Nota 01 - Caixa e Equivalentes de Caixa**

Em 31/12/2021, o subitem mais representativo desse subgrupo foi “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - OFSS”, representando 96,68% do total do subgrupo.

R\$ Reais

Caixa e Equivalentes de Caixa - Composição		
	2021	2020
LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	663.161,04	150.713,24
LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO - OFSS	22.796,43	-
<b>TOTAL</b>	<b>685.957,47</b>	<b>150.713,24</b>

Fonte: SIAFI

**Nota 02 - Créditos a Curto Prazo**

O saldo deste subgrupo, no exercício de 2021, refere-se a adiantamentos concedidos a pessoal (13º salário, adiantamento de férias e salários e ordenados – pagamento antecipado).

R\$ Reais

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo - Composição		
Conta Contábil	2021	2020
13 SALARIO - ADIANTAMENTO	1.295.953,82	17.881,96
ADIANTAMENTO DE FERIAS	2.494.747,53	11.194,88
SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	263.054,32	42.579,82
ADIANTAMENTO - TERMO EXECUCAO DESCENTRALIZADA	4.038.640,73	-
<b>Total</b>	<b>8.092.396,40</b>	<b>71.656,66</b>

Fonte: SIAFI

16,01% desse subgrupo é representado pelo Adiantamento do 13º salário, que consiste no pagamento da 1ª parcela do exercício de 2022.

Verifica-se, ainda, registro de adiantamentos efetuados por meio de termos de execução descentralizadas a outras entidades do SIAFI, representando 49,91% do subgrupo.

Os valores repassados às entidades serão comprovados e baixados em 2022.

**Nota 03 - Estoques**

Este subgrupo apresenta, em 31/12/2021, em síntese, a composição a seguir por subitem:



JUSTIÇA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

R\$ Reais

Estoques - Composição				
	2021	2020	AH	AV
Genêros Alimentícios	3.546,35	13.708,57	-74,1%	0,88%
Material de Expediente	40.704,68	46.063,44	-11,6%	10,14%
Material de Processamento de Dados	121.226,65	197.344,99	-38,6%	30,20%
Material de Acondicionamento e Embalagem	1.619,14	2.524,50	-35,9%	0,40%
Material de Copa e Cozinha	31.627,47	31.264,95	1,2%	7,88%
Material de Limpeza e Prod. de Higienização	66.509,59	102.720,86	-35,3%	16,57%
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	3.608,70	6.628,80	-45,6%	0,90%
Material P/ Manut de Bens Imóveis/Instalações	37.777,05	44.977,93	-16,0%	9,41%
Material P/ Manutenção de Bens Móveis	8.151,21	8.321,78	-2,0%	2,03%
Material Elétrico e Eletrônico	41.469,11	46.483,82	-10,8%	10,33%
Material de Proteção e Segurança	16.163,86	42.374,17	-61,9%	4,03%
Material p/ Áudio, Vídeo e Foto	9.566,15	9.566,15	0,0%	2,38%
Material para Comunicações	118,80	297,00	-60,0%	0,03%
Material Laborial	1.000,00	2.000,00	-50,0%	0,25%
Material Hospitalar	4.101,36	4.101,36	0,0%	1,02%
Ferramentas	1.343,69	2.268,50	-40,8%	0,33%
Material de Sinalização Visual e Outros	1.572,03	2.968,69		
Bandeiras, Flâmulas e Insígnias	11.240,67	6.483,27	73,4%	2,80%
<b>Total</b>	<b>401.346,51</b>	<b>570.098,78</b>	<b>-29,6%</b>	<b>1,00</b>

Fonte: SIAFI

#### Nota 04 - Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipada

No exercício de 2021, a parcela mais significativa deste subgrupo refere-se a assinaturas e anuidades a apropriar, conforme tabela abaixo.

R\$ Reais

Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipada - Composição		
Conta Contábil	2021	2020
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR	991.482,05	0,00
<b>Total</b>	<b>991.482,05</b>	<b>0,00</b>

Fonte: SIAFI

Esse valor se refere à contratação de serviços de software Office.

#### Nota 05 - Imobilizado

Em 31/12/2021, o valor líquido contábil do imobilizado representou 90,11% do valor do total do ativo, apresentando a seguinte composição:



JUSTIÇA FEDERAL

## JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

R\$ Reais

Imobilizado - Composição				
	2021	2020	AH	AV
<b>Bens Móveis (V= I+II)</b>	<b>7.501.244,70</b>	<b>8.298.240,60</b>	<b>-9,6%</b>	<b>6,67%</b>
Valor Bruto Contábil (I)	27.079.466,13	26.492.916,05	2,2%	24,09%
Depreciação Acumulada (II)	(19.578.221,43)	(18.194.675,45)	7,6%	-17,42%
<b>Bens Imóveis (VI=III+IV)</b>	<b>104.896.509,20</b>	<b>119.926.436,04</b>	<b>-12,5%</b>	<b>93,33%</b>
Valor Bruto Contábil (III)	108.537.015,69	123.360.833,79	-12,0%	96,57%
Depreciação Acumulada (IV)	(3.640.506,49)	(3.434.397,75)	6,0%	-3,24%
<b>Total Líquido Contábil (VII = V + VI)</b>	<b>112.397.753,90</b>	<b>128.224.676,64</b>	<b>-12%</b>	<b>100%</b>

Fonte: SIAFI

## Bens Móveis

Em 31/12/2021, o valor líquido contábil dos bens móveis apresenta o detalhamento abaixo:

R\$ Reais

Bens Móveis- Composição				
	2021	2020	AH	AV
APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	25.062,19	6.934,08	261,43%	0,33%
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	54.088,23	62.095,77	-12,90%	0,72%
EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,LAB E HOSP	21.443,82	21.233,51	0,99%	0,29%
APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES	438,14	482,52	-9,20%	0,01%
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	17.997,05	21.908,46	-17,85%	0,24%
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	5.115,25	6.093,02	-16,05%	0,07%
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICOS	259.065,31	309.589,75	-16,32%	3,45%
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	5.815,81	6.467,41	-10,08%	0,08%
MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	11.851,40	13.049,36	-9,18%	0,16%
EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P/AUTOMOVEIS	553,00	553,00	0,00%	0,01%
EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRICOS	28.131,98	32.640,26	-13,81%	0,38%
MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	111.708,23	71.152,92	57,00%	1,49%
EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICACAO/TIC	3.785.824,18	4.192.930,38	-9,71%	50,47%
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	532.878,61	584.093,08	-8,77%	7,10%
MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	3.310,04	3.546,92	-6,68%	0,04%
MOBILIARIO EM GERAL	1.301.885,61	1.492.578,93	-12,78%	17,36%
COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	17.184,74	21.138,04	-18,70%	0,23%
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	428.137,54	498.829,36	-14,17%	5,71%
VEICULOS EM GERAL	15.457,55	17.423,81	-11,28%	0,21%
VEICULOS DE TRACAO MECANICA	726.024,87	782.233,89	-7,19%	9,68%
AERONAVES	5.917,78	5.917,78	0,00%	0,08%
ARMAMENTOS	54.488,91	57.351,99	-4,99%	0,73%
PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	51.732,02	52.863,92	-2,14%	0,69%
MATERIAL DE USO DURADOURO	37.132,44	37.132,44	0,00%	0,50%
<b>Total Líquido Contábil</b>	<b>7.501.244,70</b>	<b>8.298.240,60</b>	<b>-9,60%</b>	<b>100%</b>

Fonte: SIAFI

## Bens Imóveis

Em 31/12/2021, o valor líquido contábil dos bens imóveis apresenta o detalhamento abaixo:



JUSTIÇA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

R\$ Reais

Bens Imóveis - Composição				
	2021	2020	AH	AV
Bens de Uso Especial	105.289.143,89	105.289.143,89	0,00%	100,37%
Bens Imóveis em Andamento	230.322,21	15.054.140,31	-98,47%	0,22%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	437.856,78	437.856,78	0,00%	0,42%
Bens Imóveis a Classificar/Registrar	2.579.692,81	2.579.692,81	0,00%	2,46%
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	- 3.640.506,49	- 3.434.397,75	6,00%	-3,47%
<b>Total Líquido Contábil</b>	<b>104.896.509,20</b>	<b>119.926.436,04</b>	<b>-12,53%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Siafi

Os bens de uso especial compreendem os bens que se destinam à execução dos serviços administrativos e dos serviços públicos em geral.

Imóveis de Uso Especial da União são os imóveis de propriedade da União, os imóveis de terceiros que a União utiliza, os imóveis de propriedade das Fundações e Autarquias e os imóveis das Empresas Estatais dependentes, nos termos da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, de acordo com a Portaria Interministerial Nº 322 de 23 de agosto de 2001, publicada no Diário Oficial no dia 27 de agosto, Ministério da Fazenda, Seção 1.

O Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet, faz a gerência da utilização dos imóveis da União, classificados como "Bens de Uso Especial". Compete à Secretaria do Patrimônio da União – SPU, a gestão dos bens imóveis da União, bem como a administração e manutenção do SPIUnet.

Os "Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet" representaram 96,90% do valor líquido contábil dos bens imóveis em 31/12/2021 considerando seu valor líquido da depreciação acumulada. Sua composição é representada por edifícios da JFRN.

O saldo em 31/12/2021 dos Bens Imóveis a Classificar/a compreende os bens imóveis (Edifícios) que estão pendentes de legalização para serem registrados na Secretaria de Patrimônio da União – SPU, conseqüentemente não estão cadastrados no SPIUnet. A regularização desses imóveis está sendo tratada em processo específico, com conclusão prevista para 2022.

A conta Benfeitoria em Propriedade de Terceiros refere-se a reforma em prédio do TRT21 no município de Pau dos Ferros/RN pra abrigar a sede da JFRN nesse município, de acordo com acordo de Cooperação entre os Órgãos;

## Nota 06 - Intangível

O ativo intangível, em 31/12/2021, era composto integralmente de softwares, segregados em de vida útil definida e de vida útil indefinida, conforme quadro abaixo.





JUSTIÇA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

R\$ Reais

Bens Intangíveis - Composição				
	2021	2020	AH	AV
Software com Vida Útil Indefinida (I)	1.485.427,11		100,00%	68,70%
Software com Vida Útil Definida(II = III - IV)	676.719,16	3.338.630,83	-97,17%	31,30%
Valor Bruto Contábil (III)	1.193.484,00	42.232.422,51	-97,17%	55,20%
Amortização Acumulada (IV)	- 516.764,84			-23,90%
<b>Total</b>	<b>2.162.146,27</b>	<b>3.338.630,83</b>	<b>-35,24%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Siafi

Os softwares de vida útil indefinida são os que representam a maioria do subgrupo, 68,70%. Cabe destacar que no exercício de 2021, a JFRN realizou o levantamento dos bens intangíveis, dessa forma foram realizados diversos ajustes contábeis nas contas de forma a refletir a realidade patrimonial, assim como a individualização dos mesmos. Adicionalmente, foi implementada a amortização dos softwares de vida útil definida.

#### Nota 07 – Passivo Circulante

O passivo circulante, em 31/12/2021, apresenta a seguinte composição:

R\$ Reais

Passivo Circulante - Composição		
	2021	AV
Pessoal a Pagar	1.261.051,23	55,65%
Contas a Pagar Credores Nacionais	981.865,65	43,33%
Saque-Cartão de Pagamento do Governo Federal	159,50	0,01%
Obrigações com Entidades Federais	11729,86	0,52%
Obrigações com Entidades Estaduais	11.066,57	0,49%
<b>Total</b>	<b>2.265.872,81</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Siafi

O valor de pessoal a pagar refere-se a férias a pagar e aos salários a pagar, representando 55,65% do total do subgrupo. O valor de 410.496,16 é o valor de salários a pagar que não foram pagos no exercício de 2021 devido à insuficiência de crédito orçamentário. Já os valores das contas a pagar de credores nacionais, também são passivos reconhecidos que não foram executadas devido à insuficiência de crédito orçamentário.

#### Nota 08 - Ajustes de Exercícios Anteriores

Os ajustes de exercícios anteriores compõem a linha “Resultados Acumulados” do Balanço Patrimonial, que também é composta pelo resultado do exercício e pelos resultados de exercícios anteriores. Essas contas registram os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. O saldo de R\$ 1.934.706,49 é composto pelos ajustes



JUSTIÇA FEDERAL

### JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

realizados nas conta de ativos intangíveis referentes a exercícios anteriores com a finalidade de atender à NBC TSP 08.

#### Nota 09 – Atos Potenciais Passivos

As obrigações contratuais compreendem o controle sobre os contratos celebrados pela Administração Pública na figura de contratante, visando à obtenção de bens e serviços com terceiros. Estão compostas da seguinte forma:

R\$ Reais

Atos Potenciais Passivo - Composição		
	2021	AV
Contratos de Serviços	19.125.646,26	82,15%
Contratos de Alugueis	2.340.790,11	10,05%
Contratos de Fornecimento de Bens	1.814.841,04	7,80%
<b>Total</b>	<b>23.281.277,41</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Siafi

#### Nota 10 – Taxas

Nesse subgrupo, está a arrecadação de receitas a título de custas judiciais, cujos valores são recolhidos em favor do Tesouro Nacional, um total de R\$ 1.300.136,03.

#### Nota 11 – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

O Saldo em 31/12/2021, no valor de R\$ 78.369,40 refere-se as receitas de contratos de cessão de uso de espaços físicos de imóveis firmados com entidades particulares para prestação de serviços, tais como bancos e restaurantes.

#### Nota 12 – Transferências Intragovernamentais

Na Justiça Federal não existe o registro da previsão e realização de receita orçamentária, pois a entidade não possui a função precípua de arrecadação de receitas. Os recursos recebidos para pagamento das despesas orçamentárias são através de transferência financeiras recebidas (sub-repasses).

A composição desse subgrupo, em 31/12/2021, era:



JUSTIÇA FEDERAL

**JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

Reais R\$

<b>Transferências Intragovernamentais- Composição</b>		
	<b>2021</b>	<b>AV</b>
Repasso Recebido	6.225,24	0,003%
Sub-Repasso Recebido	188.080.688,42	99,98%
Movimentação de saldos patrimoniais	26.566,41	0,01%
<b>TOTAL</b>	<b>188.113.480,07</b>	<b>100%</b>

Fonte: Siafi

Nesse subgrupo, o item mais representativo (99,98%) são os sub-repasses recebidos da Setorial Financeira para o pagamento das despesas orçamentárias.

### Nota 13 – Ganhos com Incorporação de Ativos

Refere-se transferência de recursos financeiros no que diz respeito aos Termos Execução Descentralizados no valor total de R\$ 4.991.457,73

### Nota 14 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

O subgrupo “Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas” tem por função consignar as variações patrimoniais aumentativas não classificadas em subgrupos específicos, sendo composto pelos itens apresentados na tabela a seguir.

Reais R\$

<b>Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas- Composição</b>		
	<b>2021</b>	<b>AV</b>
Multas Administrativas	14.112,34	0,386%
Restituições	3.645.479,60	99,614%
<b>TOTAL</b>	<b>3.659.591,94</b>	<b>100%</b>

Fonte: Siafi

### Nota 15 – Pessoal e Encargos

Em 2021, as despesas com os subgrupos remuneração a pessoal, encargos patronais, benefícios a pessoal e outras VPDs – pessoal e encargos, representam 64,12% do total das variações patrimoniais diminutivas.

### Nota 16 – Benefícios Previdenciários e Assistenciais

O grupo “Benefícios Previdenciários e Assistenciais” corresponde às VPD relativas às aposentadorias e pensões do RPPS e outros benefícios assistenciais. Em 2021, as despesas corresponderam a 12,67% do total das variações patrimoniais passivas.

### Nota 17 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital fixo



## JUSTIÇA FEDERAL

### JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Excetuadas as despesas com pessoal e respectivos encargos, este grupo compreende as demais despesas necessárias à manutenção e operação da entidade. Inclusive o valor do desgaste ou a perda da vida útil do seu ativo imobilizado ou intangível, por meio do registro da despesa de depreciação ou amortização.

Reais R\$

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital fixo - Composição		
	2021	AV
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	10.609.184,56	49,03%
Depreciação de Bens Móveis e Imóveis e Amortização de Bens Intangíveis	1.962.932,78	9,07%
Serviços de Terceiros – Pessoa Física	7.775.659,00	35,93%
Consumo de materiais	758.452,93	3,50%
Diárias	312.468,94	1,44%
Locação e Arrendamento	176.580,38	0,82%
Seguros	12.725,35	0,06%
Outros serviços	31.655,80	0,15%
<b>Total</b>	<b>21.639.659,74</b>	<b>100%</b>

Fonte: Siafi

#### Nota 18 – Desincorporação de Ativos

O valor de R\$ 15.054.140,31 refere-se à baixa de contas transitórias de bens imóveis, considerando que as obras a que se referem já foram concluídas.

#### Nota 19 – Tributárias

Referem-se a taxas, contribuições sociais, contribuição para o serviço de iluminação pública e outras contribuições.

#### Nota 20 – Receitas Orçamentárias

Na Justiça Federal, pela metodologia adotada para elaboração do demonstrativo pela Secretaria do Tesouro Nacional, não existe o registro da previsão e realização de receita orçamentária, pois a entidade não possui a função precípua de arrecadação de receitas. Saliente-se que os recursos recebidos para pagamento das despesas orçamentárias são através de transferência financeiras recebidos (sub-repasses).

Ressalte-se a arrecadação de receitas por meio de Guia de Recolhimento da União pelas unidades da Justiça Federal, entre elas: custas judiciais, devoluções.

Porém, os recursos recolhidos por meio de GRU, em geral, são transferidos ao Tesouro Nacional, a título de receitas, à exceção daqueles recolhidos a título de anulação de despesa e de depósitos judiciais e de terceiros, que permanecem na UG na conta de limite de saque.



JUSTIÇA FEDERAL

JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Nota 21 – Despesas Orçamentárias

Despesas Correntes

Destaca-se o grupo de despesa “Pessoal e Encargos Sociais”, cuja segregação é evidenciada na tabela a seguir, com base no saldo da despesa empenhada.

R\$ Reais

Pessoal e Encargos Sociais - Composição		
	2021	AV
Vencimentos e Vantagens Fixas	99.616.121,57	64,38%
Aposentadorias e Pensões	25.082.562,72	16,21%
Obrigações Patronais	19.683.341,63	12,72%
Sentenças Judiciais	261.089,50	0,17%
Outras Despesas	5.566.368,62	3,60%
Pessoal Requisitado	4.516.614,62	2,92%
<b>Total</b>	<b>154.726.098,66</b>	<b>100%</b>

Fonte: Siafi

Já as “Outras Despesas Correntes são detalhadas conforme tabela a seguir, com base no saldo da despesa empenhada.

R\$ Reais

Outras Despesas Correntes - Composição		
	2021	AV
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	1.103.918,95	3,8020%
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	312.726,42	1,0771%
MATERIAL DE CONSUMO	700.910,95	2,4140%
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	27.209,70	0,0937%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	6.762.135,95	23,2897%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	8.953.826,61	30,8382%
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	2.925.075,08	10,0744%
AUXILIO-ALIMENTACAO	4.818.309,39	16,5949%
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1.285.424,73	4,4272%
AUXILIO-TRANSPORTE	28.193,74	0,0971%
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	621.741,49	2,1414%
INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.233.514,40	4,2484%
RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	261.865,84	0,9019%
<b>TOTAL</b>	<b>29.034.853,25</b>	<b>100%</b>

Fonte: SIAFI

Despesas de Capital

Esse item é composto pelo grupo de investimentos, conforme detalhado na tabela abaixo:



JUSTIÇA FEDERAL

**JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

R\$ Reais

Investimentos - Composição		
	2021	AV
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	71.000,00	3,55%
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	1.008.675,68	50,43%
OBRAS E INSTALACOES	230.422,21	11,52%
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	690.195,64	34,50%
<b>TOTAL</b>	<b>2.000.293,53</b>	<b>100%</b>

Fonte: Siafi

### Nota 22 – Execução dos Restos a Pagar

No início do exercício de 2021, existia um saldo de Restos a Pagar de exercícios anteriores no valor de R\$ 115.171,12 no entanto, após os pagamentos realizados e cancelamentos, o saldo foi zerado.

### Nota 23 – Receitas Orçamentárias

Reforçando o que já dito na análise das receitas orçamentárias, na JRFN, pela metodologia adotada para elaboração do demonstrativo pela Secretaria do Tesouro Nacional, não existe o registro de receitas orçamentárias. Saliente-se que os recursos recebidos para pagamento das despesas orçamentárias são através de transferência financeiras recebidos (sub-repasses).

Ressalte-se a arrecadação de receitas por meio de Guia de Recolhimento da União pelas unidades da Justiça Federal, entre elas: custas judiciais, devoluções.

Porém, os recursos recolhidos por meio de GRU, em geral, são transferidos ao Tesouro Nacional, a título de receitas, à exceção daqueles recolhidos a título de anulação de despesa e de depósitos judiciais e de terceiros, que permanecem na UG na conta de limite de saque.

Destaque-se que a JFRN obteve um saldo de caixa e equivalentes de caixa para o exercício seguinte de R\$ 685.957,47.

### Nota 24 – Despesas Orçamentárias

As despesas orçamentárias ordinárias são aquelas destinadas a atender a quaisquer finalidades. Quanto as despesas orçamentárias vinculadas são para aplicação de recursos em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela lei ou outro instrumento legal adequado.



JUSTIÇA FEDERAL

**JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**

Em 2021, as despesas orçamentárias tiveram um aumento de 40,92 % em relação a 2020. As despesas orçamentárias com recursos ordinários representaram, em 2021, 79,65% do total das despesas orçamentárias.

**Nota 25 - Fluxos de Caixa**

O fluxo de caixa das atividades operacionais gerou um saldo positivo. No entanto, não houve ingressos no fluxo de caixa de investimento só tendo ocorrido desembolsos, resultando num valor negativo nesse fluxo, inclusive o fluxo de caixa das atividades de investimento negativo superou o valor positivo das atividades operacionais, representando assim em valor negativo na geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro e corresponde ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período.

**RELATÓRIO DE INCONSISTÊNCIAS CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2021**

<b>Denominação completa (UJ)</b>	<b>Código da UG</b>
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU – RIO GRANDE DO NORTE	090007

Este relatório é pautado na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil, item 5.4.2, c/c a Macrofunção 0203158 – Encerramento do Exercício, item 8.1.1.6, presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

A finalidade deste relatório é apresentar todas as inconsistências identificadas no exercício de 2021, sendo elas consideradas relevantes ou não, e que permaneceram no encerramento do exercício, relatando os motivos de tais inconsistências e as justificativas/providências que foram ou serão tomadas para regularização.

**Não foram detectadas inconsistências contábeis a serem apresentadas neste relatório.**

<b>Local</b>	<b>Recife – PE</b>	<b>Data</b>	<b>17/01/2022</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>Jeronimo José dos Santos</b>	<b>CRC/PE</b>	<b>13314</b>